ACIDENTES DE TRABALHO NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL REGISTRADOS EM PELOTAS/RS: UMA ANÁLISE EVOLUTIVA COM DADOS DE 2013 A 2024

WORKPLACE ACCIDENTS IN CIVIL CONSTRUCTION REGISTERED IN PELOTAS/RS: AN EVOLUTIONARY ANALYSIS USING DATA FROM 2013 TO 2024

Alessandra Buss Tessaro[1]
Eduardo Lucas Acosta Mathies[2]
Amarildo Antonio Tessaro[3]

[1]Universidade Federal do Rio Grande, Escola de Engenharia - Rio Grande - Rio Grande do Sul - Brasil
[2]Universidade Católica de Pelotas, Engenharia Civil - Pelotas - RS – Brasil
[3]CENTRO UNIVERSITÁRIO UNISEP, campus Dois Vizinhos - Dois Vizinhos - Paraná - Brasil

Resumo: A construção civil apresenta alta incidência de acidentes no Brasil. Este estudo analisa a evolução dos acidentes em Pelotas/RS, comparando dados locais de 2013-2017 com estatísticas estaduais e nacionais de 2020-2024. Com abordagem mista, utilizaram-se dados oficiais e revisão recente. Pelotas apresentou índices superiores aos do estado e o setor manteve posição elevada no país. A subnotificação é relevante. Conclui-se que o município requer políticas específicas e monitoramento contínuo.

TESSARO, A.B; MATHIES, E.L.A; TESSARO, A.A. *Acidentes de trabalho na área da construção civil registrados em Pelotas/RS: uma análise evolutiva com dados de 2013 a 2024.* R. Laborativa, v. 15, n. 2 p. 78-95, out./2026. http://ojs.unesp.br/indexphp/rlaborativa

Palavras-chave: Acidentes de trabalho; Construção civil; Segurança do trabalho; Pelotas; Epidemiologia ocupacional.

Abstract: Civil construction shows a high incidence of workplace accidents in Brazil. This study analyzes the evolution of accidents in Pelotas/RS, comparing local data from 2013–2017 with state and national statistics from 2020–2024. Using a mixed approach, official databases and recent literature were examined. Pelotas showed higher rates than the state, and the sector remains significant nationally. Underreporting is relevant. Findings indicate the need for targeted policies and continuous monitoring.

Keywords: Workplace accidents; Civil construction; Occupational safety; Pelotas; Occupational epidemiology.

Resumen: La construcción civil presenta alta incidencia de accidentes laborales en Brasil. Este estudio analiza la evolución de los accidentes en Pelotas/RS, comparando datos locales de 2013–2017 con estadísticas estatales y nacionales de 2020–2024. Con enfoque mixto, se utilizaron datos oficiales y literatura reciente. Pelotas mostró índices superiores al promedio estatal y el sector sigue destacado en el país. La subnotificación es relevante. Se concluye que el municipio requiere políticas específicas y monitoreo continuo.

Palabras clave: Accidentes laborales; Construcción civil; Seguridad ocupacional; Pelotas; Epidemiología ocupacional.

Introdução

A indústria da construção civil, reconhecida mundialmente por sua importância econômica e social, mantém-se historicamente entre os setores

com maior incidência de acidentes de trabalho. No Brasil, essa realidade se manifesta de forma particularmente acentuada, refletindo não apenas as características inerentemente perigosas das atividades construtivas, mas também aspectos estruturais do mercado de trabalho nacional, como a alta rotatividade, a presença significativa de trabalhadores com menor qualificação e os desafios relacionados à fiscalização e implementação de medidas de segurança (Santana et al., 2006).

A definição legal de acidente de trabalho, estabelecida pela legislação previdenciária brasileira, compreende aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (Brasil, 1991). Esta conceituação, embora clara em seus aspectos jurídicos, encobre a complexidade multifatorial dos acidentes na construção civil, que envolvem desde deficiências em sistemas de gestão de segurança até fatores humanos como fadiga, estresse e inadequação de treinamento (Mattos e Másculo, 2011).

O impacto socioeconômico dos acidentes de trabalho transcende os custos diretos com assistência médica e benefícios previdenciários. A Organização Internacional do Trabalho estima que, globalmente, cerca de 4% do Produto Interno Bruto mundial é perdido anualmente devido a doenças e acidentes ocupacionais (International Labour Organization, 2023). No contexto brasileiro, essa perda se torna ainda mais significativa quando consideramos que o país registrou, em 2024, um total de 724.228 acidentes de trabalho, representando uma taxa de 83,6 acidentes por hora (MTE; 2025).

A evolução do arcabouço legal brasileiro para proteção do trabalhador da construção civil tem marcos importantes, destacando-se a Norma Regulamentadora NR-18, que estabelece diretrizes específicas para condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Contudo, a efetividade dessas normas depende não apenas de sua existência formal, mas de sua implementação prática, fiscalização adequada e, fundamentalmente, da cultura de segurança desenvolvida pelas empresas e trabalhadores (MTE; 2024).

Estudos recentes têm demonstrado a persistência de desafios estruturais no setor. Moreira et al. (2024), em análise conduzida na região amazônica, identificaram que as lesões são mais prováveis de ocorrer nas fases finais das obras, com fraturas sendo o tipo mais comum, e que trabalhadores jovens (18 a 24 anos) que operam máquinas e equipamentos apresentam maior vulnerabilidade. Esses achados corroboram a necessidade de abordagens preventivas diferenciadas conforme as características específicas dos trabalhadores e das fases construtivas.

A questão da subnotificação representa um desafio adicional para a compreensão real da magnitude do problema. O Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho estima uma taxa de subnotificação de 24,72% para acidentes na construção civil (MPT/OIT, 2024). Essa subnotificação é particularmente acentuada para doenças ocupacionais, que representaram apenas 1% dos acidentes registrados em 2024, um percentual que claramente não reflete a realidade da exposição ocupacional no setor (Brasil, 2025).

No contexto do Rio Grande do Sul, dados recentes do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região indicam que, em 2023, foram concedidos 11.800 auxílios-doença por acidente de trabalho no estado, dos quais 228 casos (2,44%) estavam relacionados especificamente à construção de edifícios (TRT-RS; 2025). Embora esses números representem uma base de cálculo diferente dos dados percentuais utilizados na análise original deste estudo, eles fornecem um contexto importante para compreender a dimensão atual do problema no estado.

A análise de dados locais, como os de Pelotas, assume relevância particular neste cenário. Municípios de porte médio, com atividade construtiva aquecida, podem apresentar concentrações de risco que não são adequadamente capturadas pelas estatísticas estaduais ou nacionais mais amplas. O estudo original sobre Pelotas, que analisou o período de 2013 a 2017, revelou uma participação da construção civil na acidentalidade local consistentemente superior à média estadual, sugerindo a existência de fatores locais específicos que merecem investigação aprofundada (SRTE-RS; 2018).

A literatura científica recente tem enfatizado a importância de estudos regionais para o desenvolvimento de políticas de prevenção mais eficazes. Araújo e Silva (2023), em análise do panorama nacional dos acidentes na construção civil, destacam que as variações regionais nos padrões de acidentalidade refletem não apenas diferenças econômicas, mas também distinções na cultura de segurança, na qualidade da fiscalização e na estrutura do mercado de trabalho local.

Neste contexto, o presente estudo busca contribuir para o conhecimento científico sobre acidentes de trabalho na construção civil através de uma análise evolutiva que combina dados históricos específicos de Pelotas com informações recentes do Rio Grande do Sul e do Brasil. O objetivo é não apenas atualizar o conhecimento sobre a realidade local, mas também identificar tendências, persistências e mudanças no padrão de acidentalidade que possam orientar políticas públicas e estratégias empresariais de prevenção mais eficazes.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem metodológica mista, combinando análise quantitativa de dados secundários com revisão sistemática da literatura científica recente, estruturada em três fases distintas para permitir uma compreensão evolutiva e contextualizada da acidentalidade na construção civil.

Primeira fase: Análise dos dados históricos de Pelotas (2013-2017)

A primeira fase consistiu na reanálise dos dados originalmente coletados para o período de 2013 a 2017, provenientes de duas fontes principais. Da Previdência Social foram obtidos dados anuais sobre a proporção de acidentes de trabalho típicos na construção civil em relação ao total de acidentes no estado do Rio Grande do Sul, permitindo estabelecer o contexto estadual para comparação. Da Subdelegacia Regional do Trabalho de Pelotas foram coletados dados específicos sobre o número de Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs) registradas no município, possibilitando o cálculo da participação percentual da construção civil no total de acidentes típicos locais (SRTE-RS; 2018).

Segunda fase: Coleta de dados atuais (2020-2024)

A segunda fase envolveu a coleta sistemática de dados recentes através de múltiplas fontes oficiais. Do Ministério do Trabalho e Emprego foram extraídos dados nacionais sobre acidentes de trabalho em 2024, incluindo a distribuição por tipo de acidente e taxas de incidência. Do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) 2023 foram coletadas informações detalhadas sobre acidentes por setor econômico e região geográfica (Brasil, 2024). Do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região foram obtidos dados específicos sobre auxílios-doença acidentários concedidos no Rio Grande do Sul em 2023, com detalhamento por atividade econômica (TRT-RS; 2025). Da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e do Sindicato da Indústria da Construção do Rio Grande do Sul (SINDUSCON-RS) foram analisados estudos e relatórios sobre a evolução dos indicadores de segurança no setor, incluindo dados históricos de 2010 a 2022 (SINDUSCON-RS, 2023).

Terceira fase: Revisão da literatura científica

A terceira fase compreendeu uma revisão sistemática da literatura científica publicada entre 2020 e 2024, utilizando as bases de dados SciELO, ScienceDirect, PubMed e Google Scholar. Os descritores utilizados foram "acidentes de trabalho", "construção civil", "segurança do trabalho", "Brasil", "Rio Grande do Sul", "workplace accidents", "construction industry" e "occupational safety", combinados através de operadores booleanos.

Os critérios de inclusão foram: artigos publicados em português, inglês ou espanhol; estudos empíricos ou de revisão; foco em acidentes de trabalho na construção civil; dados referentes ao Brasil ou regiões específicas do país; publicação entre 2020 e 2024. Os critérios de exclusão foram: estudos exclusivamente teóricos sem dados empíricos; pesquisas focadas exclusivamente em outros países; artigos sem revisão por pares; duplicatas.

Análise e síntese dos dados

A análise dos dados quantitativos envolveu o cálculo de percentuais, taxas de variação e comparações temporais. Para os dados de Pelotas,

foram calculadas as participações percentuais anuais da construção civil no total de acidentes típicos, bem como as médias do período. Para os dados estaduais e nacionais, foram analisadas as tendências temporais e os posicionamentos relativos do setor. A síntese qualitativa da literatura envolveu a categorização temática dos achados, identificando fatores de risco persistentes, grupos vulneráveis, melhorias observadas e lacunas no conhecimento.

Resultados e Discussão

Panorama histórico de Pelotas no contexto estadual (2013-2017)

A análise dos dados históricos de Pelotas revela um padrão consistente e preocupante de sobrerepresentação da construção civil na acidentalidade local quando comparada à média estadual. Durante o período de 2013 a 2017, a participação percentual da construção civil nos acidentes de trabalho típicos em Pelotas variou entre 8,8% (2015) e 14,0% (2014), com uma média de 11,7%. Em contraste, a média estadual para o mesmo período foi de 4,5%, variando entre 4,1% (2017) e 5,0% (2014) (SRTE-RS; 2018).

Ano	**Rio Grande do Sul (%)**	**Pelotas (%)**	**Razão Pelotas/RS**
2013	4,5	11,7	2,6
2014	5,0	14,0	2,8
2015	4,3	8,8	2,0
2016	4,7	13,0	2,8
2017	4,1	10,8	2,6
Média	4,5	11,7	2,6

Tabela 1: Participação percentual da construção civil nos acidentes de trabalho típicos em Pelotas e no Rio Grande do Sul (2013-2017)

Essa disparidade, que resultou em uma razão média de 2,6 entre os índices de Pelotas e do estado, sugere a existência de fatores locais específicos que contribuem para uma maior incidência de acidentes no setor. Possíveis explicações incluem características do mercado de trabalho local, padrões de fiscalização, cultura de segurança empresarial, ou mesmo especificidades dos tipos de obras predominantes no município.

O ano de 2014 merece destaque particular, pois registrou simultaneamente o pico da participação da construção civil tanto em Pelotas (14,0%) quanto no Rio Grande do Sul (5,0%). Este período coincide com um momento de aquecimento do setor da construção civil no país, impulsionado por programas habitacionais federais, o que pode ter resultado em maior pressão por produtividade e, consequentemente, em relaxamento de medidas de segurança. Contudo, o pico de acidentes em 2014 pode também ser resultado da ampliação da Rede Sentinela em Saúde do Trabalhador, que a partir da Portaria nº 104/2011, passou a notificar compulsoriamente um rol mais amplo de agravos à saúde nas unidades de saúde, atacando frontalmente a subnotificação de acidentes com afastamento inferior a 16 dias. Em consequência, entre os anos 2012 e 2014, o número de Acidentes do Trabalho cresceu. Para diminuir as despesas com estas notificações, foi implementada a Portaria MS 1271/2014, que restringiu a notificação compulsória de acidentes de trabalho pela rede sentinela aos casos graves, fatais, com material biológico e com crianças e adolescentes. Por isso, já em 2015 houve queda na notificação de acidentes do trabalho, conforme descrito por Lima e Rumin (2023).

Evolução do cenário nacional e estadual (2020-2024)

A análise dos dados nacionais recentes revela um cenário complexo de melhorias relativas acompanhadas de persistência de números absolutos elevados. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o Brasil registrou 724.228 acidentes de trabalho em 2024, representando uma taxa de 83,6 acidentes por hora (MTE; 2025). A distribuição por tipo de acidente mostra que 74,3% foram acidentes típicos (537.515 casos), 24,6% acidentes de trajeto (178.160 casos) e apenas 1,0% doenças ocupacionais (7.242 casos) (Brasil, 2025).

O baixo percentual de doenças ocupacionais registradas é particularmente preocupante, considerando que a construção civil envolve exposição a múltiplos agentes nocivos, incluindo poeiras minerais, ruído, vibração, agentes químicos e riscos ergonômicos. Este dado corrobora as estimativas de subnotificação de 24,72% identificadas pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (MPT/OIT; 2024). É necessário explicitar que a desatualização da lista de doenças relacionadas ao trabalho (Portaria 1339/99) contribuiu em muito para que doenças do trabalho não fossem reconhecidas em seu nexo causal. Assim, trabalhadores com Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), por exemplo, poderiam receber cobertura previdenciária com o auxílio doença previdenciário (B31) e não pelo auxílio acidente previdenciário (B91). É o que Rumin e Navarro (2021) descreveram como "tolhimento institucional": a descaracterização do nexo causal com o trabalho impede o reconhecimento da doença como ocupacional, com consequências diretas para os direitos do trabalhador.

No contexto da construção civil especificamente, dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), baseados em análise histórica de 2010 a 2022, indicam que o setor ocupa atualmente a 6ª posição no ranking nacional de acidentes de trabalho típicos (SINDUSCON-RS; 2023). Esta posição representa uma melhoria significativa em relação a períodos anteriores, quando a construção civil frequentemente liderava as estatísticas de acidentalidade. O estudo da CBIC também aponta uma redução de 11,7% nas incidências de doenças do trabalho no setor, com a construção civil passando para a 8ª colocação no ranking de doenças ocupacionais.

Dados específicos do Rio Grande do Sul

No âmbito estadual, dados do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região fornecem informações importantes sobre a situação atual. Em 2023, foram concedidos 11.800 auxílios-doença por acidente de trabalho (código B91) no Rio Grande do Sul. Destes, 228 casos (2,44% do total) estavam relacionados especificamente à atividade de "construção de edifícios" (TRT-RS; 2025). Embora a base de cálculo seja diferente dos percentuais de acidentes típicos utilizados na análise histórica de Pelotas, esses números

fornecem uma perspectiva importante sobre a dimensão atual do problema no estado. Considerando que a construção de edifícios representa apenas uma subcategoria da construção civil, o número total de acidentes no setor provavelmente é superior aos 228 casos registrados.

Dados adicionais do estado mostram que, em 2023, foram registradas 61.300 notificações de acidentes de trabalho no Rio Grande do Sul, com 152 acidentes resultando em óbito (MPT/OIT; 2024). O estado também registrou 302 acidentes de trabalho envolvendo adolescentes de 14 a 17 anos em 2024, evidenciando a persistência de problemas relacionados ao trabalho infantil e juvenil.

Análise comparativa regional: dados da Região Norte

Para contextualizar os achados de Pelotas e do Rio Grande do Sul, é relevante examinar dados de outras regiões do país. O Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) 2023 fornece dados detalhados para a Região Norte, onde foram registrados 1.296 acidentes envolvendo "trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil" (Brasil, 2024). A distribuição desses acidentes na Região Norte foi: 1.111 acidentes típicos (85,7%), 170 acidentes de trajeto (13,1%) e 15 doenças do trabalho (1,2%). Notavelmente, todos os acidentes tiveram Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada, indicando uma taxa de notificação de 100% na região, significativamente superior às médias nacionais.

Esta comparação regional evidencia disparidades importantes na qualidade da notificação e, possivelmente, na efetividade dos sistemas de vigilância em saúde do trabalhador entre diferentes regiões do país. A qualidade da notificação está diretamente ligada à estruturação e capilaridade da Rede Sentinela em Saúde do Trabalhador em cada localidade, que depende da capacitação dos profissionais de saúde para o reconhecimento e registro adequado dos agravos relacionados ao trabalho e do fortalecimento dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs) como articuladores da vigilância em saúde ocupacional.

Fatores de risco persistentes: evidências da literatura recente

A revisão da literatura científica recente confirma a persistência de fatores de risco tradicionais na construção civil, ao mesmo tempo em que identifica novos padrões e vulnerabilidades. Moreira et al. (2024), em estudo conduzido na região amazônica, utilizaram técnicas estatísticas inferenciais para identificar que as lesões são mais prováveis de ocorrer nas fases finais das obras. O acabamento nas áreas externas dos prédios envolve trabalho em altura e posições forçadas em atividades como reboco, aplicação de revestimento cerâmico em fachadas e pintura, atividades que expõem os trabalhadores a riscos elevados de queda e lesões osteomusculares por esforços repetitivos.

O estudo também identificou que trabalhadores jovens, especificamente na faixa etária de 18 a 24 anos, apresentam maior probabilidade de acidentes, particularmente quando operam máquinas, equipamentos e veículos. É de suma importância comentar que os trabalhadores jovens, em razão do menor tempo de experiência profissional, podem não ter adquirido os conhecimentos sobre o que não se deve fazer no trabalho para proteger-se de acidentes.

A Psicodinâmica do Trabalho chama este corpo de conhecimento de "saber fazer da prudência" (Cru e Dejours, 1987). Sem ter internalizado estes valores, os trabalhadores podem desafiar os riscos sem compreender os desdobramentos degradantes para a saúde. Este achado é consistente com a literatura internacional, que aponta a inexperiência, a tendência a assumir riscos e a inadequação de treinamento como fatores contribuintes para a maior vulnerabilidade deste grupo etário.

Quanto aos tipos de lesões, as fraturas permanecem como o tipo mais comum, refletindo a natureza dos riscos predominantes no setor, especialmente quedas de altura e acidentes com equipamentos pesados. É importante comentar que as fraturas exigem um tempo de recuperação superior a 15 dias e são incapacitantes, motivo pelo qual são notificadas com maior regularidade quando comparadas a lesões de menor gravidade. Este padrão é consistente com dados históricos e confirma a necessidade de manutenção do foco preventivo em medidas de proteção contra quedas e segurança no manuseio de equipamentos.

Subnotificação: Um problema persistente

A questão da subnotificação emerge como um tema central na análise dos dados atuais. A estimativa de 24,72% de subnotificação para acidentes na construção civil, calculada pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (MPT/OIT; 2024), sugere que os números oficiais representam apenas a ponta do iceberg do problema real.

Esta subnotificação é particularmente acentuada para doenças ocupacionais, que representaram apenas 1% dos acidentes registrados em 2024 (Brasil, 2025). As doenças osteomusculares (CID10 M00-M99) e as doenças do sistema nervoso, tal como a Síndrome do Túnel do Carpo (CID10 G56.0), são frequentemente abordadas em suas manifestações iniciais com afastamentos de curta duração para diminuir a dor e a incapacidade para o trabalho. Após o fim do afastamento, os trabalhadores são reintegrados ao trabalho. Caso tenha ocorrido o "tolhimento institucional" — a descaracterização do nexo causal com o trabalho —, o trabalhador não terá direito à estabilidade de um ano e poderá ser demitido. Quando buscar novas contratações, a doença crônica será constatada no exame admissional e o trabalhador será considerado inapto. Assim, não são contratados trabalhadores com lesões preexistentes e poucos conseguem ser reconhecidos como portadores de doença decorrente do trabalho (Rumin e Navarro, 2021). Considerando a exposição ocupacional típica na construção civil — incluindo poeiras de sílica, amianto (em reformas), ruído, vibração, agentes químicos e sobrecarga física —, este percentual é claramente incompatível com a realidade da exposição.

A subnotificação tem implicações diretas para a compreensão da realidade de Pelotas. Se os dados históricos do município já mostravam índices superiores à média estadual, é possível que a situação real seja ainda mais grave, especialmente considerando que municípios menores podem ter sistemas de vigilância menos estruturados.

Grupos vulneráveis: Jovens e trabalhadores informais

A literatura recente confirma a existência de grupos particularmente vulneráveis na construção civil. Trabalhadores jovens (18-24 anos) emergem consistentemente como grupo de maior risco, não apenas pelos

achados de Moreira et al. (2024), mas também por dados nacionais que mostram maior incidência de acidentes nesta faixa etária (Brasil, 2024).

Os trabalhadores informais constituem outro grupo de alta vulnerabilidade, não apenas pelo maior risco de acidentes devido à menor fiscalização e treinamento, mas também pela maior probabilidade de subnotificação. A informalidade na construção civil, historicamente elevada no Brasil, pode ser um fator explicativo para os altos índices observados em Pelotas, especialmente se o município apresentar proporção importante de construção de imóveis residenciais. Estes imóveis frequentemente contratam profissionais autônomos que, por sua vez, subcontratam diaristas para efetuar as atividades de construção. Nessa cadeia de subcontratação, os trabalhadores diaristas raramente têm Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) emitida em caso de acidente, contribuindo diretamente para a subnotificação local.

Melhorias observadas e desafios persistentes

A análise dos dados nacionais revela melhorias importantes no posicionamento relativo da construção civil. A passagem para a 6ª posição no ranking de acidentes típicos e para a 8ª posição em doenças ocupacionais representa um progresso significativo, possivelmente relacionado à evolução das normas regulamentadoras, melhoria na fiscalização e desenvolvimento de uma cultura de segurança mais robusta nas empresas do setor (SINDUSCON-RS; 2023). Contudo, os números absolutos permanecem preocupantes. Com mais de 700 mil acidentes de trabalho registrados anualmente no país e taxas de 83,6 acidentes por hora, o Brasil mantém-se entre os países com maior incidência de acidentes ocupacionais no mundo (MTE; 2025).

Implicações para Pelotas: Projeções e necessidades

A ausência de dados recentes específicos para Pelotas impede uma avaliação direta da evolução local. Contudo, considerando que os dados históricos mostraram índices consistentemente superiores à média estadual (SRTE-RS; 2018), e que os fatores estruturais que podem contribuir para essa disparidade (características do mercado de trabalho local, padrões de fiscalização, cultura empresarial) tendem a ter inércia temporal, é razoável

supor que Pelotas continue apresentando desafios específicos. A melhoria observada nos indicadores nacionais não necessariamente se traduz automaticamente em melhorias locais, especialmente em municípios que apresentavam padrões atípicos. Isso reforça a necessidade de políticas específicas e monitoramento local continuado.

Conclusões

A análise evolutiva dos acidentes de trabalho na construção civil em Pelotas, contextualizada com dados recentes do Rio Grande do Sul e do Brasil, revela um panorama complexo de melhorias relativas acompanhadas de persistência de desafios estruturais significativos. Os dados históricos de Pelotas, que mostraram uma participação da construção civil na acidentalidade local consistentemente superior à média estadual (razão média de 2,6), evidenciam a existência de fatores locais específicos que demandam atenção continuada (SRTE-RS; 2018).

A atualização com dados nacionais recentes demonstra que, embora a construção civil tenha melhorado sua posição relativa no ranking de acidentes típicos (6ª posição) e doenças ocupacionais (8ª posição), os números absolutos permanecem alarmantes (SINDUSCON-RS, 2023). Com 724.228 acidentes de trabalho registrados no Brasil em 2024 e uma taxa de 83,6 acidentes por hora, o país mantém-se entre aqueles com maior incidência de acidentes ocupacionais globalmente (MTE; 2025).

A persistência da subnotificação, estimada em 24,72% para o setor, representa um desafio fundamental para a compreensão real da magnitude do problema (MPT/OIT; 2024). O fato de apenas 1% dos acidentes registrados serem classificados como doenças ocupacionais evidencia a inadequação dos sistemas atuais de vigilância para capturar a totalidade dos agravos à saúde relacionados ao trabalho na construção civil (Brasil, 2025).

A literatura científica recente confirma a persistência de fatores de risco tradicionais, como trabalho em altura e manuseio de equipamentos,

ao mesmo tempo em que identifica padrões específicos de vulnerabilidade, particularmente entre trabalhadores jovens (18-24 anos) e nas fases finais das obras (Moreira et al., 2024). Esses achados reforçam a necessidade de abordagens preventivas diferenciadas e direcionadas.

No contexto específico do Rio Grande do Sul, os dados de 2023 mostram 228 casos de auxílio-doença acidentário na construção de edifícios, representando 2,44% do total estadual (TRT-RS; 2025). Embora essa base de cálculo seja diferente dos percentuais históricos de Pelotas, os números fornecem uma perspectiva importante sobre a dimensão atual do problema no estado.

A ausência de dados públicos recentes específicos para Pelotas constitui uma limitação importante para a avaliação da evolução local, mas também evidencia a necessidade de fortalecimento dos sistemas de vigilância em saúde do trabalhador em nível municipal. Considerando que os fatores que contribuíram para os altos índices históricos de Pelotas tendem a ter inércia temporal, é razoável supor que o município continue enfrentando desafios específicos que demandam políticas direcionadas.

As implicações práticas deste estudo apontam para a necessidade de múltiplas intervenções coordenadas. Em nível nacional, é fundamental o aprimoramento dos sistemas de notificação e vigilância, especialmente para doenças ocupacionais. Em nível estadual e local, há necessidade de políticas específicas que considerem as particularidades regionais e municipais dos padrões de acidentalidade.

Para Pelotas especificamente, recomenda-se a implementação de um sistema de monitoramento local continuado, o desenvolvimento de programas de prevenção direcionados aos fatores de risco identificados, e a realização de estudos qualitativos que investiguem os determinantes específicos dos altos índices observados historicamente. O município conta com o Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST Macrosul), sediado em Pelotas e habilitado desde 2003, que abrange 28 municípios das 3ª e 7ª Coordenadorias Regionais de Saúde, atendendo uma população de aproximadamente 1,3 milhão de habitantes. O CEREST Macrosul constitui um ator estratégico para articular e fortalecer as ações

de vigilância, prevenção e assistência em saúde do trabalhador em nível local e regional, devendo ser fortalecido como referência para o monitoramento dos acidentes na construção civil em Pelotas.

A pesquisa futura deve priorizar estudos longitudinais que acompanhem a evolução dos indicadores locais, investigações qualitativas sobre os determinantes específicos da acidentalidade em diferentes contextos municipais, e o desenvolvimento de metodologias mais eficazes para capturar a real dimensão dos agravos à saúde relacionados ao trabalho na construção civil.

Conclui-se que, apesar dos avanços observados em alguns indicadores nacionais, a realidade da construção civil brasileira, e particularmente de municípios como Pelotas que apresentam padrões atípicos de acidentalidade, demanda atenção continuada, políticas específicas e investimento sustentado em prevenção. A proteção da saúde e segurança dos trabalhadores da construção civil não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo econômico e de desenvolvimento sustentável para o país.

Referências

ARAÚJO LBR, SILVA LA. Panorama dos acidentes de trabalho na construção civil brasileira: análise de indicadores e estatísticas. **Rev Acao Ergon**. 2023;17: 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1991.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho** - AEAT 2023: Seção I - Estatísticas de Acidentes do Trabalho. Brasília: MPS; 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil registra 83,6 acidentes do trabalho por hora**. Brasília: MTE; 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil registra maioria dos acidentes de trabalho com afastamentos curtos**. Brasília: MTE; 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora NR-18**: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. Brasília: MTE; 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN**: Acidentes de trabalho por faixa etária [Internet]. Brasília: MS; 2024.

CRU D, DEJOURS C. Saberes de Prudência nas Profissões da Construção Civil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional.** 1987;15(59):30-34.

International Labour Organization. **World Statistics on Occupational Safety and Health**. Geneva: ILO; 2023.

LIMA JRT, RUMIN CR. Menos acidentes, mais mortes. A mecanização agrícola nos canaviais brasileiros e seus reflexos sobre os trabalhadores, no período de 2012 a 2020. **Saude soc**. 2023;32(4).

MATTOS UAO, MÁSCULO FS. **Higiene e segurança do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2011.

MOREIRA FGP, OLIVEIRA CP, FARIAS CA. Workplace accidents and the probabilities of injuries occurring in the civil construction industry in Brazilian Amazon: A descriptive and inferential analysis. **Saf Sci.** 2024;170.

Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. **SmartLab - Plataforma de Dados**. Brasília: MPT/OIT; 2024.

Pelotas. Subdelegacia Regional do Trabalho. **Comunicações de Acidente de Trabalho registradas em Pelotas**: dados estatísticos 2013-2017. Pelotas: SRTE-RS; 2018.

RUMIN CR, NAVARRO VL. O trabalho reestruturado na agroindústria canavieira: impactos à saúde dos trabalhadores rurais. **Estudos Interdisciplinares Em Psicologia**. 2021;12(1):95-115.

SANTANA VS, OLIVEIRA RP. Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil. **Cad Saude Publica**. 2006;22(12):2571-81.

SINDUSCON-RS. **Estudo aponta melhora dos indicadores de doenças do trabalho na indústria da construção.** Porto Alegre: SINDUSCON-RS; 2023.

SmartLab - Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. A**cidentes de trabalho no Rio Grande do Sul**. Brasília: MPT/OIT; 2024.

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Brasil registrou mais de 742 mil acidentes de trabalho em 2024**. Porto Alegre: TRT-RS; 2025.

Artigo apresentado em: 14/11/2026

Versão final apresentada em: 31/03/2026

Aprovado em: 28 / 09/2026